

R

LUÍS, Rita

*A Revolução a Que Se Pode Ir de Carro:
Portugal, Espanha e os media (1974-1975),*

Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2024, 206 pp.

ISBN 9789726717881

Ana Algarra Navarro

Há já alguns anos que se têm vindo a delinejar novas abordagens no campo das ciências sociais e humanas no que diz respeito à Península Ibérica e aos seus fenómenos históricos enquanto objeto de estudo e análise. Os chamados “estudos ibéricos”, com maior expressão nos estudos literários e culturais, propõem uma abordagem geográfica e teórico-metodológica abrangente, que ultrapassa perspetivas tradicionais “fechadas em si mesmas”, frequentemente baseadas na assunção de que os Estados-nação são entidades fixas e circuitos fechados do ponto de vista cultural, social, económico e político. Este tipo de perspetivas tendem a reforçar análises reducionistas ou ancoradas num “essencialismo nacional” que, embora possa assentar em particularidades geográficas, deve ser compreendido de forma mais ampla, em articulação com o seu contexto imediato.

É precisamente aqui que os estudos sobre os *media* – entendidos como um sistema informativo que deve ser analisado no seu conjunto, abrangendo todos os meios de comunicação e não apenas de forma isolada (ou seja, não apenas estudos separados sobre televisão, rádio ou imprensa escrita) – têm também

desempenhado um papel importante na adoção destas novas abordagens. Estes estudos atribuem especial relevância às influências, dinâmicas e fluxos de informação, evidenciando, em muitas ocasiões, o modo como as dinâmicas comunicativas e jornalísticas à escala global têm igualmente impacto ao nível local e se inter-relacionam entre si.

No caso dos estudos realizados até à data sobre as transições ibéricas, a abordagem tem sido, sobretudo no que respeita à história política, maioritariamente de carácter comparativo. Ainda que esta perspetiva seja compreensível, dada a natureza distinta dos processos de transição para a democracia nos dois países ibéricos – Portugal, que iniciou um processo revolucionário que culminaria em novembro de 1975, precisamente no mesmo mês em que teria início o processo de transição política no Estado espanhol, de natureza bastante mais contida, marcado pelo consenso democrático, onde qualquer expressão de dissidência ainda era punida e, em alguns casos, silenciada –, o estudo dos *media* tem sido frequentemente conduzido a partir da conceção de dois Estados-nação distintos que, embora se pudesse

influenciar mutuamente, o fariam sempre de uma forma unidirecional, de um lado da fronteira para o outro. É precisamente nesse enquadramento que se insere o livro *A Revolução a Que Se Pode ir de Carro. Portugal, Espanha e os media (1974-1975)* da investigadora portuguesa Rita Luís, publicado pela Imprensa de Ciências Sociais no passado mês de outubro de 2024.

Neste livro, Rita Luís revisita alguns dos temas já abordados na sua tese de doutoramento defendida na Universitat Pompeu Fabra (Barcelona), em 2015, sob o título *Spain and the Portuguese Revolution of 1974-1975: The Limits of a Surveilled Press*, na qual analisava o impacto e a cobertura da Revolução de Abril de 1974 na imprensa espanhola do tardofranquismo. Como refere a autora no capítulo introdutório – no qual nos oferece uma radiografia da imprensa espanhola durante o tardofranquismo (distinguindo entre a “imprensa democrática” e a “imprensa do regime”), bem como da imprensa portuguesa no imediato pós-revolução, inscrevendo-as sempre nas tendências comunicativas globais e no macroenquadramento histórico da Guerra Fria –, esta publicação é um exercício de compilação e revisitação crítica da sua própria produção científica, permitindo “rearticular ideias e sublinhar aspetos que se tornam mais salientes [...] nomeadamente as questões que ficam de fora do enquadramento noticioso, sejam estas as suas condições de produção, as receções extramediaíticas ou a dimensão transnacional do fluxo de comunicação”.

Ainda assim, Rita Luís reconhece que este exercício não conseguiu abranger todos os aspetos relacionados com o seu objeto de estudo, como, por exemplo, uma análise mais aprofundada da questão da censura na imprensa espanhola e dos seus mecanismos – que, como a autora assinala, nem sempre são visíveis na leitura da imprensa a partir do presente –, bem como a necessidade de continuar a desenvolver uma perspetiva cruzada sobre o campo jornalístico ibérico. Esta última reflexão, que será retomada ao longo do livro – presente inclusive na forma como a autora organiza a própria análise –, volta a surgir também nas conclusões da obra.

Na primeira parte, intitulada *Democracia: um significante em negociação*, a autora apresenta a forma como a Revolução Portuguesa de 1974 e as suas consequências serviram, num Estado espanhol que observava a queda de um regime semelhante ao seu, para negociar o significado do conceito de democracia, paradoxalmente, no seio de uma ditadura. Através da análise da forma como os acontecimentos revolucionários foram tratados na imprensa espanhola – primeiro, através da seleção dos eventos a cobrir (com especial destaque para a tentativa de golpe de Estado liderada por Spínola e para as eleições democráticas de abril de 1975), até à condenação aberta daquilo que era considerado como uma radicalização violenta das forças revolucionárias no final de 1975 –, Rita Luís revela as formas como o discurso mediático foi sendo moldado conforme a evolução do processo português.

Na segunda parte, intitulada com a citação “*O povo português é contrarrevolucionário*”, a investigadora foca-se na forma como o povo português foi representado na imprensa espanhola tardofranquista, dando especial atenção à construção discursiva dos dois termos. Observa-se, assim, que o termo “povo” era utilizado sobretudo para descrever manifestações contrárias ao “regime revolucionário”, enquanto a palavra “massas” era reservada para referir mobilizações populares, especialmente ligadas ao Partido Comunista Português.

Como assinala Rita Luís, esta diferenciação vocabular, aliada à seleção específica de acontecimentos noticiados, não só apresentava “massas” e “povo” como entidades opostas, como também transmitia a imagem de que o povo português estaria contra a revolução. Esta perspectiva mediática ignorava, assim, outras formas de mobilização fora destas lógicas binárias, como as lutas operárias, as reivindicações pela reforma agrária, os movimentos a favor do direito ao aborto ou contra a discriminação dos filhos considerados ilegítimos.

A terceira parte, intitulada *A revolução não passa na televisão*, apesar de conter a televisão no título e de abordar a questão mediática, acaba por centrar-se num tema bem diferente: tem como objetivo mapear as viagens de espanhóis ao Portugal revolucionário e integrá-las, como afirma Luís, “na experiência da receção da revolução portuguesa como forma de suplantar o antagonismo mediático”. É verdade que a autora faz referência à Radio Televisión Española (RTVE) no

início do capítulo, mas esta não constitui o foco central da sua análise; é precisamente a partir da escassa cobertura da televisão espanhola sobre o Portugal revolucionário que a autora destaca o surgimento de “uma série de formas de relação alternativas”, entre as quais se inclui “a viagem para observar *in loco* o que estava a acontecer”.

Neste capítulo, Rita Luís propõe uma categorização dos viajantes espanhóis, dependendo das suas motivações. Por um lado, insere a mobilização espanhola na tendência transnacional do chamado “turismo político” ou “turismo revolucionário”, uma vez que, de facto, havia espanhóis que se deslocavam ao país com o intuito de, simplesmente, testemunhar os acontecimentos revolucionários. Por outro lado, a autora sublinha que esta integração deve ser objeto de uma análise crítica, uma vez que, ao contrário de outros contextos europeus, a experiência espanhola pode também ser entendida como uma forma de “exílio” e de resistência ao regime franquista. Tal como observa a autora, “este tipo de viagens abria a possibilidade de realizar no estrangeiro atividades que eram proibidas em Espanha”, como, por exemplo, práticas de índole política (participação em manifestações, congressos partidários ou assembleias) e de cariz cultural, com especial destaque para o consumo cinematográfico.

Embora correspondam a capítulos distintos, os dois últimos capítulos do livro, intitulados *A articulação da informação: agentes e fluxos globais* e *A Península Ibérica, a BBC e a Guerra Fria*, partem de

uma premissa bastante semelhante: a de estabelecer um diálogo entre as dinâmicas comunicativas ibéricas e as tendências globais no que respeita aos agentes e fluxos de informação (sobretudo no capítulo quarto) e, mais especificamente, de analisar a atuação comunicativa da BBC na Península Ibérica no âmbito dessas mesmas dinâmicas.

No que diz respeito à circulação de informação à escala global e à forma como Portugal é abordado nesse contexto, Luís identifica a produção de “invisibilidades e condicionamentos semelhantes àqueles encontrados na imprensa publicada sob o regime franquista”. Ou seja, assinala a existência de uma narrativa fortemente negativa em torno do processo revolucionário português, difundida por diversos países através das suas próprias agências noticiosas. Estas, para além de, em certos casos, oferecem uma leitura superficial dos acontecimentos em Portugal, enquadravam inevitavelmente a situação no contexto da Guerra Fria, onde um processo revolucionário como o português, com a possibilidade de desfecho num regime comunista, era amplamente rejeitado a nível global (ou, pelo menos, por um dos blocos em disputa).

É neste enquadramento supranacional que Rita Luís desenvolve a análise do papel da British Broadcasting Corporation (BBC) na Península Ibérica. Desde os tempos do Estado Novo e do franquismo, a BBC contava já com uma audiência significativa na região, sendo associada a valores de objetividade e de independência. No quinto capítulo, Luís mostra de que forma a BBC conseguiu manter essa

imagem durante os regimes autoritários ibéricos e sobreviver nesse ambiente repressivo. Por um lado, porque oferecia informações às quais os meios portugueses e espanhóis não tinham acesso; por outro, porque soube alinhar-se com os dois regimes através de um posicionamento anticomunista, mais uma vez dentro do enquadramento ideológico da Guerra Fria.

Luís assinala ainda que, com a queda dos regimes na Península, esta atitude torna-se mais evidente: a BBC adota uma postura mais crítica face ao processo revolucionário português, influenciando diretamente o discurso dominante no processo de transição em curso em Espanha. Neste sentido, torna-se clara a forma como os acontecimentos na Península Ibérica – e, em particular, em Portugal – foram também interpretados a partir de uma perspetiva transnacional, com impacto não apenas na reflexão interna sobre a transição espanhola, mas também na definição do papel que esta região deveria desempenhar numa nova ordem mundial emergente no pós-Guerra Fria.

Nas conclusões, Luís identifica, por fim, uma dupla influência da Revolução de Abril em Espanha através dos *media*. Por um lado, uma influência ao nível do discurso político espanhol e internacional, ao reconhecer na experiência portuguesa um espaço onde o conceito de “democracia” se encontrava em processo de negociação, especialmente no que às ditaduras ibéricas se refere. Essa leitura, no entanto, tendeu a representar a experiência revolucionária de forma predominantemente negativa,

e marginalizando atores sociais fundamentais previamente mencionados, como os operários, os trabalhadores agrícolas e as mulheres. Por outro lado, Rita Luís sublinha a influência da revolução nas práticas do jornalismo espanhol. Muitos jornalistas viam em Portugal uma oportunidade para aprender um ofício que, em Espanha, não lhes era possível exercer em liberdade. Finalmente, a autora destaca a grande dificuldade da imprensa espanhola em compreender e comunicar o que se passava no lado ocidental da Península. Essa limitação resultava, em grande parte, de uma moderação discursiva autoimposta, que condicionava significativamente a capacidade de produzir análises mais profundas e críticas sobre os acontecimentos em Portugal.

Luís cumpre plenamente os objetivos marcados na sua revisitação da tese de doutoramento. Cumpre-os, no entanto, com plena consciência das limitações do trabalho, reconhecendo desde o início a impossibilidade de resolver algumas questões na investigação recolhida no livro. Ainda assim, o maior mérito da obra de Rita Luís reside na sua capacidade de propor uma abordagem teórico-metodológica que nos oferece um olhar

cruzado e interligado sobre um objeto de estudo – a cobertura mediática da revolução portuguesa – que, embora não seja inédito, ganha aqui novos contornos analíticos. A autora oferece, assim, uma base sólida para futuras investigações sobre o assunto.

A única e pequena crítica que se poderá apontar é a ausência de uma exploração mais aprofundada de circuitos de informação clandestinos ou marginais, nos quais se desenvolveram importantes formas de circulação e intercâmbio cruzadas, muitas vezes marcadas justamente pelo secretismo, que era o que as tornava possíveis. Ainda assim, esta limitação não compromete em nada o grande contributo desta obra para os estudos dos *media* ibéricos.

NAVARRO, A.A. (2021), *Recensão “A Revolução a Que Se Pode Ir de Carro: Portugal, Espanha e os media (1974-1975)”,* Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2024”. *Análise Social*, 257, LX (4.º), 42053. <https://doi.org/10.31447/42053>.

Ana Algarra Navarro » anavarro@ics.ul.pt » Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa » Av. Professor Aníbal de Bettencourt, 9, 1600-189 Lisboa, Portugal » <https://orcid.org/0009-0000-6338-7327>.
